Técnicos do governo querem mínimo de R$ 140

Se confirmado, o valor representa aumento de 7,69% sobre os atuais R$ 130; aposentadorias e pensões devem ter reajuste menor

Deise Leobet, Ricardo Lessa e Álvaro Penachioni
de Brasília, Rio e São Paulo

O novo salário mínimo, a ser anunciado pelo governo no sábado, 1º de maio, deverá ser de R$ 140. O valor equivale a um reajuste de 7,69% sobre os atuais R$ 130. Os benefícios da Previdência Social acima do piso salarial, porém, deverão ser reajustados em cerca de 5%. Essa é a proposta defendida por técnicos dos ministérios da Fazenda, Previdência Social e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O valor proposto não segue nenhum índice específico. Deve ficar entre os 4,62% apurados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), como ocorreu nos últimos dois anos. Em 1997, os indicadores foram utilizados como base para o aumento do mínimo, que ficou em 7,76%.

Se dependesse apenas da equipe econômica, o reajuste do mínimo ficaria restrito à variação da inflação passada, o que elevaria o piso mínimo para R$ 136,70. No entanto, os técnicos do Ministério do Trabalho defendem um aumento de, pelo menos, 7% para ficar próximo da média de reajuste nos últimos anos. Segundo técnicos do governo, como a preferência é por números redondos — e deve haver pressões políticas — o Palácio do Planalto deve fechar consenso em torno dos R$ 140.

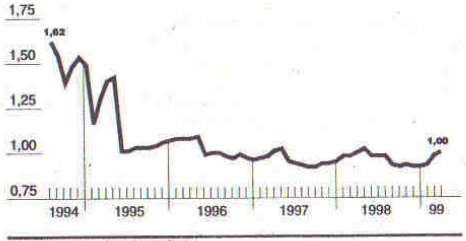
A diferença de índices entre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social já ocorreu nos últimos dois anos. Em 1998, enquanto o salário mínimo teve reajuste de 8,33%, dos quais 4,81% para repor a inflação (4,81%), e o restante relativo a ganhos reais, as aposentadorias e pensões só receberam a variação da inflação. Mas o impacto nas contas da Previdência será grande. É que, para cada ponto percentual de reajuste do piso salarial, o impacto líquido nas contas é de R$ 325 milhões por ano. Projeções da área de previdência indicam que o déficit das contas do INSS deve aproximar-se de R$ 10 bilhões este ano, já computado o reajuste do mínimo.

Pelo menos 25 milhões de brasileiros aguardam com expectativa o anúncio do novo salário mínimo. Se o valor for mesmo de R$ 140, cerca de R$ 1,6 bilhão começaria a circular na economia, a partir de junho, quantia suficiente para ajudar a definir para onde vai embicar a curva de consumo no País, com o aumento dos rendimentos de assalariados, trabalhadores no setor privado, na administração pública das regiões mais pobres e de aposentados e pensionistas, que têm seus rendimentos diretamente atrelados ao piso.

A importância do salário mínimo como referencial dos demais salários na economia tem sido questionada por muitos analistas. Mas, ao comparar a evolução do salário médio de assalariados (com e sem carteira de trabalho assinada) com o salário mínimo, numa série iniciada em 1985, um estudo do Dieese demonstra que há forte correlação entre o piso e o rendimento dos assalariados da Grande São Paulo, sobretudo entre aqueles com registro formal. "O salário afeta mais trabalhadores do que apenas o número de pessoas que o recebem", enfatiza Ilmar Ferreira, economista do Dieese. Ele lembra que muitas empresas utilizam o piso como referência para determinadas ocupações. Com isso, frisa, também podem conter o valor real dos salários de base, quando o mínimo não aumenta ou tem um reajuste menor que a inflação.

Poder aquisitivo

Valor da cesta básica média mensal em salários mínimos (em R$)



Fontes: Dieese/Procon-SP Elaboração Dieese

O argumento de que o reajuste do salário mínimo já não teria importância para a economia do País — repetido nos últimos tempos — não tem qualquer fundamento científico. Atualmente, 12,1 milhões de trabalhadores, de uma população ocupada de 60 milhões, ganham um salário mínimo ou múltiplos do piso. E outros nove milhões de pessoas recebem benefícios da Previdência iguais a um salário mínimo. Essa é a conclusão a que chegaram alguns dos mais respeitados pesquisadores do mercado de trabalho, como Marcelo Neri, do Ipea, José Márcio Camargo e Gustavo Gonzaga, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Eles usaram a base da dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, quando o salário mínimo correspondia a R$ 112,00.

O impacto do reajuste do salário mínimo no mercado de trabalho não só é importante, segundo Neri, também coordenador do recém-criado Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), como passou a ser o único instrumento de política salarial do governo, a partir de 1995, com o fim da indexação salarial.

"O reajuste concedido pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995 — de R$ 70,00 para R$ 100,00 — retirou 11% da população brasileira da linha de pobreza. Em compensação, a medida explodiu com o déficit público", exemplifica Neri. Ainda segundo seu estudo, a importância dos reajustes do salário mínimo como orientador dos salários vem aumentando nos últimos tempos, ao contrário de muitas suposições de economistas do Sul e Sudeste do País, onde o peso do mínimo no setor formal é menor do, que em outras regiões do País.

"A parcela de reajustes salariais exatamente iguais ao mínimo no setor formal subiu de 6,8%, na primeira metade dos anos 80, para cerca de 12% nos primeiros reajustes do período pós-Plano Real", diz ele. Entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, o aumento foi mais expressivo, passando de 2,8% para 22%, no mesmo período.

Neri ressalta que o salário mínimo perdeu prestígio, com sua desvalorização — para recuperar seu valor de 1978 teria que dobrar hoje, lembra. "O salário mínimo é o referencial para os contratos de trabalho do setor informal, vale dizer, para os trabalhadores mais pobres do País. É o farol que orienta o mercado de trabalho", ressalta. Ele lembra que, nos últimos anos, Clinton e Tony Blair vêm usando os reajustes de salário mínimo como um importante instrumento de política econômica.

O impacto do reajuste do salário mínimo é maior nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, especialmente entre os funcionários públicos e aposentados e pensionistas. Enquanto numa prefeitura como a do Rio de Janeiro, o menor salário passa dos R$ 200,00, nas prefeituras do Norte e Nordeste, o percentual dos que ganham o piso salarial chega a 25%. Conforme o estudo, a importância do mínimo é maior nas áreas rurais que nas urbanas. Os salários iguais ou múltiplos do mínimo correspondem a 5,2% nas capitais e a 13,8% de todos os ocupados remunerados nas áreas rurais.

O pesquisador não vê possibilidade de que o governo federal conceda um reajuste expressivo ao salário mínimo este ano — por causa da conjuntura econômica recessiva e pela vinculação fiscal às contas da Previdência. Mas acredita que a equipe econômica já poderia sinalizar com mudanças institucionais do salário mínimo, que permitissem ajustes substanciais logo que a economia retomasse o crescimento.

Deputado propõe a volta da regionalização

A proposta de regionalização do salário mínimo chegou este ano ao Congresso Nacional, através de um projeto de lei de autoria do deputado federal Eduardo Paes (PFL-RJ). O parlamentar inspirou-se no estudo de Marcelo Neri e André Urani, secretário municipal do Trabalho do Rio de Janeiro. O projeto desvincula o mínimo dos benefícios pagos pela Previdência Social, prevendo a criação de pisos regionais nos estados em que os gastos com pessoal não ultrapassem o teto de 60% previsto pela Lei Camata.

A regionalização do salário mínimo foi adotada no Brasil entre os anos 70 (quando existiam quatro valores distintos) e 80. Em 1979, o País foi dividido em 22 regiões para efeito de fixação do piso salarial. Antes de ser unificado, em maio de 1984, o País tinha dois pisos: um para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e outro praticado no Sul, Sudeste e Distrito Federal. A unificação foi justificada pelo argumento de que os trabalhadores das regiões mais pobres eram prejudicados por ganhar um piso menor.

Urani cita como exemplo a própria prefeitura do Rio, onde não haveria dificuldade em estabelecer um salário mínimo superior ao nacional, enquanto para prefeituras do Nordeste o pagamento do piso já se revela quase insuportável.

Neri acredita que a vinculação do salário mínimo com o benefício mínimo pago a aposentados e pensionistas e a adoção de pisos remuneratórios regionais mais altos evitariam o confronto com as entidades representativas dos aposentados e garantiria o poder aquisitivo dos seus benefícios, liberando o governo para remunerar melhor os trabalhadores ativos.

Não seria apenas uma mudança retórica ou uma palavra nova, segundo Neri, mas um instrumento melhor de intervenção para o governo, que hoje conta apenas com o salário mínimo como restrição para interferir no mercado de trabalho.

(R. L. e A. P.)